

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 técnico superior para o Conselho Diretivo.

Escolha Múltipla (1) - Grelha de correção (corrigenda)					
Questão	Opção correta	Candidato	Resultado	Certa	Errada
1	b)	c)	Errada	21	4
2	b)	b)	Certa		
3	b)	b)	Certa		
4	a)	a)	Certa		
5	d)	d)	Certa		
6	b)	b)	Certa		
7	d)	d)	Certa		
8	a)	a)	Certa		
9	b)	a)	Errada		
10	a)	a)	Certa		
11	a)	a)	Certa		
12	c)	c)	Certa		
13	c)	c)	Certa		
14	a)	a)	Certa		
15	c)	a)	Errada		
16	c)	c)	Certa		
17	b)	b)	Certa		
18	d)	a)	Errada		
19	c)	c)	Certa		
20	a)	a)	Certa		
21	a)	a)	Certa		
22	c)	c)	Certa		
23	b)	b)	Certa		
24	a)	a)	Certa		
25	c)	c)	Certa		
Classificação (1)			12,6		

PERGUNTA DE DESENVOLVIMENTO
O Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., (INEM, I. P.) pretende adquirir desfibriladores automáticos externos (DAE) cujo preço foi fixado em 750.000€, tendo sido fixado o prazo de 90 dias para entrega dos bens após adjudicação. Face aos dados disponíveis responda fundamentadamente às seguintes questões:
a) Qual o tipo de procedimento pré-contratual a adotar?
b) Pode o adjudicatário pedir adiantamento do preço?
c) O contrato que vier a ser celebrado está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas?
Respostas: (corrigenda)
a) O procedimento terá de ser o concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia nos termos do artigo 20.º n.º 1 alínea a), conjugado com o artigo 474.º n.º 3 alínea c) do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de janeiro na sua versão atual.
b) Pode, desde que não ultrapassem 30% do preço contratual e seja prestada caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efetuados, tal como previsto no artigo 292.º do CCP e nos respetivos termos aí previstos.
c) Só estará sujeito a fiscalização prévia se o contrato celebrado for no valor igual ao preço base determinado, isto é 750.000€. Caso seja inferior não estará sujeito a fiscalização prévia tal como previsto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Respostas da candidata	Classificação (5 V)
a) Nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos (CCP), o procedimento a adotar será um procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia;	1,5
b) Só poderá haver adiantamento de preço nas condições previstas no artigo 292.º do CCP.	1,66
c) Nos termos do artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, estão dispensados de fiscalização prévia os contratos com valor inferior a 750.000 euros. Este contrato com valor igual ao montante estabelecido, a meu ver, será objeto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.	1,66
	Classificação (2)
	4,82

CF= (1) + (2)	17,42
---------------	-------